



WORKING PAPER 15

Casas (pós-) rurais.

Mobilidade, arquitetura e trajetórias identitárias

Ana Saraiva (CRIA/NOVA FCSH)

[\(nsaraivaana@gmail.com\)](mailto:nsaraivaana@gmail.com)

Dezembro de 2017

Resumo

Extraído de um estudo mais amplo sobre expressões arquitetónicas em aldeias portuguesas no último século, este *working paper* aborda discursos e práticas de construção e usos de moradias desde meados dos anos 70's até ao presente etnográfico. A partir de um caso de estudo multisituado – Portugal-Ourém / França-Vale do Marne, acompanhamos a trajetória profissional, familiar e social de residentes e (re)emigrantes, a qual reflete transformações significativas nas relações dos indivíduos com os campos, ao mesmo tempo que transmite a reprodução parcial de imagens de portugalidade em França. Nos anos 70 os (ex-) emigrantes portugueses importaram de França a “casa emigrante”, hoje, os (re)migrantes portugueses exportam para França a “casa portuguesa”. A casa e/imigrante – erguida em Portugal e em França – é o referente desta discussão. Serve como barómetro de recomposições identitárias nos “portugueses de França”, associadas a fenómenos de globalização, transnacionalismo, emblematização do popular e hibridismo.

Palavras-chave: Emigração, transnacionalismo, arquitetura popular e hibridez

ÍNDICE

1. Introdução.....	4
1.1. Apresentação do estudo.....	4
1.2. Quadro teórico.....	5
1.3. Metodologia.....	8
2. Emigração e retorno: casas de emigrantes em Portugal entre 1970 e 1990	8
3. Emblematização do popular e (re)aportuguesamento da arquitetura	12
4. Crise económica, (re)migração e construção portuguesa em França	16
Conclusão	20

1. Introdução

1.1. Apresentação do estudo

A pesquisa que deu origem a este texto integra a dissertação de doutoramento em antropologia intitulada “Casas (pós-)rurais entre 1900 e 2015: Expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias” (Saraiva 2016), que foi parcialmente publicada em livro (Saraiva 2017). A construção e usos nas moradias em aldeias portuguesas no último século evidencia tipos habitacionais que remetem para três períodos coincidentes com panoramas socioeconómicos distintos: a “casa do trabalhador rural” (1900-1960), associada à agropecuária; a “casa do emigrante” (1970-2015), relacionada com a emigração e as mudanças profundas nos campos; e a “casa emblematizada” e “reaportuguesada” (1990-2015), conexas com a reificação da tradição. O argumento central da dissertação procurou demonstrar como as casas (pós-)rurais são importantes referentes identitários, expressivos de investimento individual e familiar, ao mesmo tempo que expressam as transformações nas aldeias portuguesas na história longa do século XX e do início do século XXI.

O objeto do presente ensaio incide na construção e/imigrante em Ourém-Portugal e Vale do Marne-França entre os anos 70’s do século XX e a atualidade, e propõe-se refletir sobre as transformações significativas nas relações dos indivíduos com os campos, tornando-as mais próximas das realidades urbanas. Este argumento será conduzido através de três linhas de investigação para nos lançarmos sobre as principais linhas de investigação que conduzem o seguidamente desenvolvido.

A primeira linha de investigação debruça-se sobre a construção intensa de casas emigrantes nas aldeias portuguesas ocorrida entre 1970 e 1990 para discutir e reconhecer a complexidade atual da arquitetura popular como conceito, relacionando-o com o hibridismo e o sincretismo na “casa do emigrante”. A segunda linha de investigação parte das práticas crescentes de (re)apropriação e emblematização de antigas arquiteturas rurais em Portugal, a partir de meados de 1980 e sobretudo a partir de 1990 para debater a problemática dos discursos e práticas de emblematização como manifestações de património. A terceira linha de investigação aborda a crise económica sentida em Portugal a partir de meados nos anos 2000, o impacto que esta crise teve no setor da construção civil e na (r)emigração portuguesa para a região do Marne, e os seus

reflexos nas arquiteturas de “portugueses” em França. Até que ponto a crise e a austeridade em Portugal influenciaram a exportação de iconografias de arquiteturas conotadas com a portugalidade? Com o despovoamento das aldeias portuguesas, inclusivamente pela (r)emigração, o que acontece com as “casas emigrantes” e as paisagens disjuntivas que os emigrantes ajudaram a construir?

1.2. Quadro teórico

A análise que dirigiu o presente estudo apoiou-se numa reflexão teórica sobre a arquitetura popular e o transnacionalismo. Emigração, globalização, consumo, hibridez, desterritorialização/reterritorialização foram pensados e articulados com leituras sobre usos e representações das casas pós-rurais em destaque. O desenvolvimento da análise que se segue convoca a problematização antropológica de alguns dos principais conceitos que sustentam o argumento defendido, não com a mesma profundidade com que são tratados em tese (Saraiva 2016) ou mesmo em livro (Saraiva 2017), pelo que se opta por remeter para as respetivas fontes sempre que se justifique.

Comecei por refletir sobre a decisão do uso sistemático “pós-rural”, que necessita de uma consideração prévia e contextualizada na realidade atual. O conceito de rural é ambíguo e complexo, com significados que variam em função de correntes de pensamento e dos quadros espaço-temporais em que é aplicado. Até por volta de 1970, vigorou em Portugal a noção do rural associado à vida camponesa, por oposição à vida urbana (Domingues 2011: 69-70). Nas últimas décadas, transformações políticas, económicas, sociais e culturais agitaram o conceito. O rural passou a ser encarado como representação social do espaço e o acento na função produtiva dos campos tem vindo a ser substituído pelo acento na função de consumo de bens e serviços, ajudando a esbater a dicotomia entre o rural e o urbano. Reconhecendo esta complexidade, utilizamos o termo “rural” para situar as relações entre os sujeitos e as casas no período produtivo dos campos e utilizamos o termo “pós-rural” para as situar no período pós-produtivo dos campos. O 25 de Abril de 1974, enquanto marco de mudança para o país e especificamente para os campos, ajuda-nos a balizar o momento de alteração do termo “rural” para o termo “pós-rural”, que se encontra refletido em vários estudos recentes

(Dias 2008; Domingues 2009, 2011; Fernandes 2013; Leal 2000, 2007, 2009a, 2011a, 2011b; Prista 2011, 2013; Silva 2006, 2007, cit. em Saraiva 2017: 265).

O conceito de arquitetura popular foi problematizado exaustivamente na dissertação que originou o presente texto por via de uma discussão que envolveu diferentes períodos e perspectivas de análise. Inclui-se aqui a sua associação à ruralidade e produção dos campos (AAP 2004, Barros *et al.* 1947, Oliveira e Galhano 1994 e outros estudos que João Leal contextualizou num cenário político-ideológico mais vasto (Leal 2000). Inclui-se também a sua associação ao património e à emblematização dos campos num tempo mais recente (eg. Moutinho 1995; Caldas 1999, 2000, 2007; Leal 2000, 2009b; Mestre 2002; Casella 2003; Baganha 2006; Lopes e Correia 2004; Quintino 2002; Silva 2009; Prista 2014; Mascarenhas 2015). Percebe-se a complexidade no tratamento atual do conceito e a dificuldade no seu posicionamento perante manifestações arquitetónicas pouco consentâneas com a imagem formal e estabilizada da arquitetura popular (Saraiva 2016: 20 - 29), como sucede nas “casas de emigrantes”.

O interesse pelo tema “casas de emigrantes” consolidou-se especialmente a partir da década de 1980 e continua ativo em estudos e em filmografia (estudos: Vieira e Veríssimo 1989; Moutinho 1989; Silvano 1990; Silvano e Coelho 1993; Volovitch-Tavares 1995; Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Castro 1998; Leite 1998, 2006; Villanova 2006; Almeida 2008; Cardoso 2008; Sobral 1999; I. Santos 2012; Diogo 2013. Filmografia: Constantini 1985, 1989; Roseta e Rocha-Trindade 1988, cit em Saraiva 2016: 24-27, 210-214).

Pensar sobre a complexidade do conceito de arquitetura popular e abordar a chamada casa do emigrante implica refletir sobre o tema da hibridez na arquitetura. Beneficiando das revisões de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour (1972), Néstor García Canclini (1998 [1989]) e Arjun Appadurai (2004 [1996]), a visão “pura” da cultura popular é hoje contestada no meio científico. Em *Culturas Híbridas*, García Canclini (1998 [1989]) classificou os fenómenos culturais tradicionais como um produto multideterminado de agentes populares e hegemónicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais. O termo mais ajustado para a designação do fenómeno também foi objeto de apreciação. Ulf Hannerz, após avaliar um conjunto de termos possíveis para expressar mistura (hibridez, colagem, *mélange*, miscelânea, montagem, sinergia, bricolagem, criouliização, mestiçagem, miscigenação, sincretismo, transculturação, terceiras culturas), considerou que o termo hibridez seria um dos mais

consensuais, por ser de fácil mobilidade entre disciplinas (Hannerz 1997: 26). É também o termo acolhido no presente exercício.

Em Portugal, uma geração contemporânea de autores tem examinado os fenómenos de sincretismo e hibridez em expressões arquitetónicas que incluem “casas de emigrantes”, casas neorrurais e antigas casas rurais emblematizadas. Realço os estudos de João Vieira Caldas (1999, 2007), Carolina Leite (2006), Domingos Tavares (2008), Manuel Graça Dias (2008), João Leal (2009a, 2011a) e Álvaro Domingues (2009, 2011). Com diferentes perspetivas disciplinares de abordagem (antropologia, arquitetura, geografia), os vários ensaios abordam a aproximação das casas locais a realidades arquitetónicas urbanas e estrangeiras, a transformação profunda dos campos nas últimas décadas e o cariz cada vez mais híbrido e fluído das arquiteturas em espaço (pós-)rural. Podemos pois afirmar que uma das linhas fundamentais de mudança no estudo das arquiteturas populares está na passagem de uma visão da cultura popular como “genuína” para uma visão em que o popular se revela mais misturado e híbrido (Saraiva 2016: 28).

Foram também importantes para este ensaio pesquisas sobre o transnacionalismo. Nos últimos anos, registam-se importantes contributos teóricos sobre o conceito, muitos sustentados em estudos etnográficos (Basch, Schiller e Blanc 1994; Appadurai 2004 [1996]; Levitt 2001a, 2001b; Vertovec 2001; Portes 2004, 2006; Levitt e Jaworsky 2007; Leal 2009c). No início dos anos 90, as antropólogas Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994 [1993]) escreveram que o conceito assinalava a fluidez da circulação de ideias, objetos, capital e pessoas entre fronteiras. Por seu lado, Peggy Levitt associou o transnacionalismo à ligação cultural, económica e política entre pessoas e instituições numa grande variedade de contextos, incluindo negócios e práticas de organização, investimento estrangeiro e produção ou intermutações culturais (Levitt 2001: 202). Alejandro Portes também tem trabalhado o tema em detalhe, descrevendo-o como um fenómeno popular de base, muito presente em quotidianos de cidadãos comuns empenhados em consolidar laços entre espaços de nações diferentes (Portes 2004 cit em Saraiva 2016: 29).

Pensar o transnacionalismo aplicado à arquitetura implica pensar as noções de hibridez e emigração, já acima elencadas, e também a produção do lugar em contexto de globalização, com efeitos de transformação da vida quotidiana dos cidadãos (Friedman 1990; Augé 2005 [1992]; Levitt 2001a, 2001b; Tsing 2005; Godinho 2007; Fernandes

2013). Leva-nos a refletir ainda sobre as questões do consumo (Appadurai 2008 [1986]; Miller 1987; Baudrillard 1995; Miller 1998a, 1998b; Slater 1997; Duarte 2010). Estes e outros conceitos visam apoiar o presente argumento em torno de dinâmicas identitárias através das relações de apropriação, usos e representações das casas enquanto materializações de impactos do local na construção do global.

1.3. Metodologia

Num exercício de pesquisa multisituada, realizei trabalho de campo em Ourém e Alta Estremadura, e no Vale do Marne (em França), este último em 2011 e em 2015. Trabalhei com protagonistas na construção e usos das casas estudadas (profissionais da construção civil, técnicos municipais, habitantes). Foram visitadas casas e suas dependências, consultados projetos de arquitetura e processos de construção, imprensa, filmografia, estatística e literatura. Privilegiou-se o estudo da relação entre a freguesia ourensense de Espite e Champigny-sur-Marne, devido ao papel que os habitantes da freguesia local de Espite tiveram na criação e ocupação do *bidonville* de Champigny, bairro de lata emblemático de França até finais de 1960. Procurei seguir a história da emigração de Portugal para França e as narrativas de vida de emigrantes como forma de produção de etnografia pela justaposição de representações sociais a experiências individuais. Acompanhei as suas dinâmicas em França e em Portugal e observei as respetivas casas enquanto objetos de estudo.

2. Emigração e retorno: casas de emigrantes em Portugal entre 1970 e 1990

Os anos 60 registaram a intensificação da emigração portuguesa para França, o que também se refletiu em Ourém. Consequentemente, os censos de 1970 registavam, pela primeira vez em cem anos, uma quebra demográfica no concelho. Progressivamente, sobretudo a partir de 1980, muitos casais regressaram às suas aldeias, com Ourém a registar uma das taxas mais elevadas de regressos ao país¹. Paralelamente,

¹ Registaram-se 2300 regressos entre 1976 e 1981; entre 1986 e 1991 foram 1000 regressos, e entre 1996 e 2001 foram 2300 regressos. Repartição do número de emigrantes regressados de França por concelhos, 1976-82, 1986-91 e 1996-01 – INE, XII, XIII, e XIV Recenseamentos Gerais da População, relativos a 1981, 1991 e 2001.

continuavam a entrar muitas remessas de emigrantes, com grande contributo para a melhoria do nível de vida dos residentes.

Emigrantes entretanto regressados, outros que esperavam regressar em breve a Portugal decidiram construir casa na aldeia de origem. Desejavam contribuir para o progresso da aldeia, requalificá-la e aproximá-la do universo urbano, com vantagens de conforto, lazer e abertura ao exterior, alinhados com as alterações políticas e socioeconómicas otimistas que se viviam no país (cf. Martins 2003). A construção de casa própria por muitos portugueses residentes em França estimulou as empresas locais ligadas à construção civil e o aumento da produção de materiais de construção em geral no país (Leeds 1983: 1034).

A construção de “casas de emigrantes” intensificou-se em meados de 1970. O 25 de Abril de 1974 formalizava a ambição política e social de progresso e da modernização do país, em rutura com o passado conotado com a miséria, o conservadorismo e a ausência de liberdade. Este querer generalizado nos meios urbanos e cada vez mais acentuado nos campos manifestava-se nos reposicionamentos das pessoas e comunidades que localmente aspiravam a uma vida melhor. A terra perdia valor como fonte de produção agrícola e aumentava o seu potencial como solo urbano, com a instalação de fábricas e moradias amplas, consonantes com o desejo de expansão económica e valorização do conforto nos espaços domésticos. Tais transformações, alinhadas com modelos sociais e culturais vigentes em meio urbano, punham de lado tendências artesanais de construção por métodos empíricos estabilizados (pelos proprietários e construtores), para passarem a assentar num saber experimental, inovador e participado por novos atores (como os projetistas). Os portugueses emigrantes acompanhavam o curso das mudanças no seu país. Entretanto, absorviam hábitos urbanos e de consumo que ganhavam força no Ocidente desde meados do século XX (Segalen e Le Wita 1993: 72).

Ourém ilustra a migração transnacional como produto tardio do capitalismo que entra em pequenos países não industrializados e incapazes de ter autonomia económica e se tornam dependentes de recursos externos (Levitt e Schiller 2004). Os ourenses imigrados na periferia de Paris deslocaram-se do meio rural para o meio urbano e concentraram-se em bairros e espaços de sociabilidades específicos. Ali estabeleciam campos sociais transnacionais a partir de conexões entre Vale do Marne e Ourém, dois espaços com fronteiras localizadas, ao invés de se movimentarem entre múltiplas

localidades. Peggy Levitt (2001a: 198) considerou o consumo nas áreas da alimentação e da habitação um foco importante de transnacionalismo dos emigrantes rurais instalados em meios urbanos, o que se aplica a Ourém e outras origens rurais portuguesas (Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Leite 1998; Martins 2003; Cardoso 2008).

Geralmente, para estes emigrantes, o primeiro investimento transnacional com visibilidade nas suas aldeias de origem era a construção de uma moradia imponente e apetrechada com peças associadas a uma sociedade de vanguarda, à qual os locais não deveriam ter alcance fácil. Pensavam para ali casas amplas, referentes estéticos de conforto e de higiene, com a decoração em plano de relevo, as quais contrapunham às discretas casas rurais e, conseqüentemente, ao perfil social dos seus proprietários (Segalen e Le Wita 1993: 19, 23). As mansardas e os telhados inclinados apareciam como signos urbanos de comunicação sobre o espaço, que criavam novas escalas da paisagem pela sua afirmação imediata através da grandeza e exuberância, facilmente avistada. Eram narrativas visuais das trajetórias do sucesso económico dos proprietários (Leite 1998: 387) e expressões de desterritorialização e mudança de identidades territoriais para identidades transterritoriais (Canclini 1995: 30).

Este período, entre 1960 e 1990, foi um tempo de limbo nas aldeias portuguesas e as casas dos emigrantes tiveram um papel de relevo em todo o processo. As construções artesanais tinham sido postas de parte, mas o modelo fornecido pelas “casas dos emigrantes” não colhia consenso. Às escolhas formais controversas acresciam respostas funcionais em duplicado às necessidades domésticas, nomeadamente nas cozinhas (uma bem equipada, mas sem utilização e outra simples, mas funcional) e nas casas de banho (uma “ornamental” mas pouco usada e outra simples mas funcional), com desperdício monetário e de tempo gasto na manutenção dos espaços não usados.

Em Ourém e em outras aldeias portuguesas, a fusão entre localismos e estrangeirismos (patentes em expressões como a disseminação de vocábulos, como *marquise*, *pladour*, *chauffage*) produziu paisagens arquitetónicas híbridas, que punham em causa a imagem cristalizada das casas rurais. Os dados empíricos apresentados e observações como estas justificam a retoma da discussão em torno do conceito de arquitetura popular na sua relação com o conceito de hibridismo, que se revela incontornável quando estamos perante a casa do emigrante. As moradias dos emigrantes sucedem à arquitetura “tradicional” associada aos campos, numa transformação que

traduz a receptividade ao urbano, à industrialização, ao transnacional, ao erudito e à inovação, mas também revela reminiscências do passado, o que afasta a ideia de oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o popular e o massivo (Canclini 1998 [1989]: 260). Estas casas permanecem como manifestações populares híbridas ou arquiteturas nas margens, à imagem dos seus proprietários que se movimentavam nas periferias de dois mundos.

Mesmo suscitando incertezas e contradições, as casas dos emigrantes tiveram um papel importante na construção cultural dinâmica de emigrantes e residentes, porque participaram na reorganização de referências identitárias de uns e de outros. As representações associadas às casas dos emigrantes, entre 1960 e 1990, materializavam o transnacionalismo, balizado entre Ourém e o Vale do Marne, e a globalização, pela apropriação de produtos e linguagens provenientes de múltiplos países e continentes, em especial no decurso da adesão de Portugal à União Europeia e da abertura dos mercados com reflexos nos consumos associados à casa, transversais a emigrantes e residentes.



Figura 1 Casa de emigrante em França - Ourém, Portugal (2010)



Figura 2 Casa de emigrante em França - Ourém, Portugal (2010)



Figura 3 Casa em Vale de Marne, França (2011)



Figura 4 Casa em Vale de Marne, França (2011)

3. Emblematização do popular e (re)aportuguesamento da arquitetura

Em meados de 1990, a construção de moradias de emigrantes em Ourém abrandou, refletindo a opção crescente dos emigrantes pelo não regresso definitivo à aldeia e pela construção de casa própria em França; a especulação imobiliária e custos inflacionados da construção de moradias no país contrastante com o congelamento de salários e encargos bancários difíceis de gerir; e o aumento da exigência nos processos de licenciamento de construção; a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal em 2002, instrumento que condicionou a construção “arbitrária”; e o despovoamento das aldeias (jovens casais fixam residência em meios urbanos).

A construção de casas de emigrantes nas aldeias portuguesas e de Ourém concretamente abrandou mas não desapareceu. Manteve-se motivada pela necessidade de conforto e privacidade durante as férias na aldeia, pela garantia de segurança num

eventual regresso à aldeia, e pelo desejo de perpetuação da história familiar. É sobre essas novas casas que passa a incidir a análise. Na transição do século XX para o século XXI emergia uma nova etapa estética e formal nas casas locais de emigrantes em França, por via da construção de raiz, e de obras de alteração em moradias erguidas nos anos 70s e 80s, que funcionavam como imagens de desterritorialização das aldeias de Ourém.

Emigrantes e ex-emigrantes modificaram a aparência das suas moradias na aldeia portuguesa. As casas-bloco com telhados pretos e inclinados, mansardas e grandes portadas de madeira davam lugar a moradias com coberturas pouco inclinadas e mais complexas (águas assimétricas e subáguas, cornijas e beirados “à portuguesa”), alçados rematados e avançados, telheiros, alpendres e colunas, criando volumes dinâmicos representativos de mudanças no panorama arquitetónico das aldeias portuguesas. Em Ourém, a construção do alpendre e do beirado “à portuguesa” intensificou-se nas duas últimas décadas, por parte dos residentes, mas também dos emigrantes. Emergia um novo discurso emigrante, mais voltado para a (re)integração na comunidade residente. Foram assumidas linguagens de estilo que remetiam para a imagem propalada da “arquitetura portuguesa” e projetavam discursos de uma arquitetura mais sóbria, convocando reminiscências da antiga casa rural.

A intervenção estendeu-se à volumetria e aos interiores. Assistiu-se à tendência para a redução do número de pisos, de três para dois. Deixam de existir duas cozinhas. Vários fatores contribuíram para esta alteração estética formal e funcional das casas emigrantes, com reflexos na reconfiguração da paisagem. Houve a preocupação em conciliar a redução de custos de construção com a melhoria de condições de funcionalidade, conforto, segurança e manutenção das moradias; foram atualizadas as necessidades reais de espaço doméstico; a procura adaptou-se às tendências de mercado, com a introdução de novos materiais e modelos e a reformatação de outros. São mudanças com vantagens de custos de manutenção, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com a consciência de que as áreas construídas excediam as necessidades de ocupação, tornando-se supérfluas e refletindo um despesismo que contrariava os princípios de conduta de poupança dos emigrantes.

A nova “casa do emigrante” é o resultado de negociações sucessivas que combinam referências trazidas da casa do emigrante de 1970 a 1990 com características das antigas casas dos trabalhadores agrícolas, que refletem a difusão mais geral de

versões atualizadas da “casa portuguesa”. O alpendre, com fim anunciado por Ernesto Veiga de Oliveira, foi reanimado com formatos, materiais e usos renovados. Perdeu funcionalidade (arrumos, antecâmara e socialização), ganhou um estatuto mais decorativo e simbólico como referente da identidade nacional e simultaneamente regional (elemento arquitetónico conotado com a Estremadura). Entre 1970 e 1990 as aldeias de Ourém foram parcialmente sujeitas a uma desterritorialização expressa pelo protagonismo de casas com estéticas associadas à diáspora. As construções artesanais dos trabalhadores agrícolas estavam postas de parte, mas as habitações dos novos rurais, com uma orientação arquitetónica indefinida na relação com o sentido de identidade do país, não competiam com o mediatismo das “casas de emigrantes”, o que se traduzia num sentimento coletivo de perda de território.

Por volta dos anos 90s foi-se consolidando uma imagem da arquitetura neovernacular baseada em valores de autenticidade por via da naturalização do antigo, da “casa portuguesa” e do “português suave” através da aplicação de elementos arquitetónicos que remetiam para as antigas casas rurais. As novas moradias, inspiradas nas antigas casas rurais, mas com toda a comodidade, tornaram-se expressões de reterritorialização ao contribuírem para renovar as espacialidades e recuperar alguma segurança ontológica dos cidadãos residentes ou ligados afetivamente ao país, mas também à aldeia. Os intervenientes nas iniciativas de “reaportuguesamento” da casa rejeitam o discurso autoritário e isolacionista do Estado Novo, optando por um discurso sustentado na conjugação entre a valorização da tradição, a liberdade de escolha (o 25 de Abril), a multiculturalidade (União Europeia e a globalização) e a modernidade (em afirmação de vanguarda).

Os protagonistas da anterior “casa de emigrante” (proprietários, projetistas, construtores), mesmo os (ex-)emigrantes, estão realinhados no discurso arquitetónico restaurador da estabilidade e harmonia da paisagem. Habitantes locais e emigrantes contratam os mesmos projetistas (a custos mais acessíveis porque a oferta é maior) e empreiteiros. Associam-se a tendências enquadradas nas atuais representações da “arquitetura portuguesa” e envolvem-se no que consideram ser um “projeto de recuperar a tradição”. Reproduzem alpendres e beirados nas novas casas, mas investem em novos formatos sob argumentos de funcionalidade e sentidos de estética.

Os emigrantes de longa data desejam reaproximar-se dos campos, buscam tranquilidade, valorizam a natureza e o acesso a uma alimentação saudável, conscientes

de que estas qualidades são referências contemporâneas de modernidade. Afirmam-se modernos e urbanos através do consumo de ícones de tradição. Os emigrantes e ex-emigrantes querem ter papel pró-ativo na reposição da arquitetura harmonizada com referências da tradição e identidade no país, mesmo os que ergueram casa nas décadas de 1970 e 1980. Conscientes do juízo estético e social negativo do estereótipo da “casa do emigrante”, procuram melhorar a heterorrepresentação, combinando as suas casas com as casas dos residentes e com tendências dominantes na região e no país. Tentam aderir a um projeto conciliador, que não seja rotulado como desenquadrado, e seguem estratégias de (re)integração na aldeia por via da recomposição da casa com a paisagem e em consonância com a casa disseminada e socialmente aceite pela vizinhança.

A maior adesão a tendências arquitetónicas que vigoram no país natal não põe de lado desvios e a transposição de recorrências em França, como a introdução de marquises e espaços fechados, em detrimento de terraços e outras áreas descobertas. Os emigrantes continuam a alimentar empréstimos de práticas padronizadas em França, nem sempre consonantes com o parecer dos projetistas, acentuando a negociação entre uns e outros.



Figura 5 Projeto de casa de emigrante - Ourém, Portugal (2009)



Figura 6 Casa de emigrante em França - Ourém, Portugal (2011)



Figura 7 Casa de emigrante em França - Ourém, Portugal (2015)

4. Crise económica, (re)migração e construção portuguesa em França

Em meados de 2000 surgiam os primeiros sinais da crise económica na Europa e no País, fortemente refletida no setor da construção civil. As desigualdades sociais e de oportunidades aumentaram em Portugal, alcançando índices superiores à média registada na União Europeia (B.S. Santos 2012: 69-72; Lains 2013; Rodrigues 2013: 191-203; estatísticas em Eurostat 2011). Em 2008, a crise internacional atingia a Zona Euro e particularmente os países da periferia do sul, onde se inclui Portugal (Lains

2013: 326). Em 2011, o Estado português ao assinar o acordo de estabilização com a Troika assumiu um programa de ajustamento económico e financeiro e uma política de austeridade, com reflexos na contração da economia, designadamente no setor da construção civil. A classe média, importante dinamizadora do setor, foi muito afetada pelas medidas aplicadas. O endividamento das famílias cresceu, atingindo níveis elevados em 2009 (ver ECRI 2010, ECRI Statistical Package 1995-2009) e gerando situações de insolvência pessoal e familiar. A retração do investimento individual e familiar em habitação própria contribuiu para a estagnação do mercado da construção, uma atividade económica com elevado grau de exposição à crise (Ferrão 2013: 255).

Esta realidade refletiu-se no concelho de Ourém. Muitos ex-emigrantes regressados de França, e outros residentes, que nos anos 80 e 90 tinham “feito” casas na aldeia, fundado empresas de construção e criado boas perspetivas para o futuro – para eles e para os filhos – ficaram insolventes e sem alternativas. (R)emigraram, transportando consigo técnicas e materiais que dominavam profissionalmente.

O olhar localizado sobre esta problemática inscrita nas agendas atuais de discussão no espaço público reforça a necessidade do estudo do passado para interpelar posicionamentos contemporâneos de indivíduos e de grupos sociais e políticos em relação à construção e (re)apropriação de moradias em contexto de pós-modernidade e pós-ruralidade.

Em 2011, fiz trabalho de campo em bairros residenciais no Vale do Marne, com atenção focada sobre moradias de portugueses, inclusivamente de ourensenses. Hoje, os imigrantes preferem construir em França, a investir na aldeia natal e preferem moradias a apartamentos. Compram casas devolutas que recuperam ou reconstroem com base em conhecimentos adquiridos profissionalmente na construção civil. Outros compram casa em bairros sujeitos a modelos pré-definidos regulados por planos de urbanização. Examinei 10 moradias de portugueses, à data projetadas nos últimos cinco anos, onde apurei três tendências arquitetónicas (com alguma artificialidade) organizadas por associação das características estético-formais aos países de referência dos proprietários:

- moradias com coberturas muito inclinadas, telhados pretos, mirantes ou mansardas e imagens representativas das arquiteturas francesas da região;
- casas com coberturas pouco inclinadas, telhas cerâmicas em tons laranja, cornijas, alpendres sustentados por colunas, molduras dos vãos em cantaria de pedra e persianas.

As características estéticas e materiais remetem para as novas casas “portuguesas” e funcionam como indicadores de bairros portugueses;

- casas que combinam referenciais materiais e estéticos de ambos os países, como coberturas muito inclinadas e alpendre sustentado por colunas de calcário. Existe ainda a conciliação entre expressões de reaportuguesamento e linhas geométricas (evocam a arquitetura contemporânea).

No passado, assistiu-se a uma certa influência de expressões da arquitetura francesa nas aldeias. Atualmente, os bairros franceses habitados por portugueses acolhem referências arquitetônicas identificadas como portuguesas. Entre Ourém (Portugal) e Vale do Marne (França) ocorrem reciprocamente trocas de remessas sociais, nas quais participam proprietários, projetistas e construtores, com uma participação mais vincada dos arquitetos, comparativamente às casas emigrantes de 1970 e 1980. Essas trocas, expressões da globalização e do transnacionalismo, originam sincretismos bem presentes nestes modos difusos e complexos de apropriação das tendências arquitetônicas por portugueses em França.

A estagnação recente da construção civil em Portugal fomentou as exportações de materiais de construção, de pessoas e informações (capital intelectual, humano e material), incluindo projetos de arquitetura e a mão-de-obra operária para França, operando uma dinâmica transnacional entre os dois países ao nível da construção das casas de portugueses. Entre 2011 e 2015 verificou-se um movimento intenso de exportação de materiais de construção de Ourém para a região parisiense. Os processos de construção das casas em França são mais rápidos que no passado, graças a opções de materiais e de técnicas de construção que os agilizam. Mas suscitam críticas pela qualidade inferior dos materiais de construção. O valor que atribuem à qualidade dos materiais e do trabalho de construção leva-os a preferir materiais e mão-de-obra de origem portuguesa.

Arquitetos residentes em Portugal exportam capital intelectual. Concebem projetos para França, privilegiando uma comunicação via *e-mail* com o proprietário emigrante. Assiste-se a um processo de desterritorialização em que a dimensão espacial da vida em sociedade se enfraquece e as relações virtuais são fortalecidas. Operários da construção civil (pedreiros, ladrilhadores, carpinteiros, estucadores, pintores) exportam capital humano, traduzido em mão-de-obra. Incluem ainda a mobilidade de capital de informação com a transferência de saberes especializados adquiridos em Portugal. Por

exemplo: Reproduzem cornijas e beirados com um domínio técnico que se converte em mais-valia na construção de moradias de França projetadas com referências de “portugalidade”. Estas casas “reaportuguesadas” em França incorporam referências de modelos de antigas casas rurais portuguesas, já interpretadas e transpostas para as novas casas rurais no país de origem, e reinterpretam-nas com recurso a inspirações e metodologias aplicadas em arquiteturas francesas. Os resultados reproduzem o carácter polimorfo dos fluxos culturais produzidos entre longas distâncias.

As motivações para a construção de moradias em França similares às de Portugal assentam na correlação entre o (re)aportuguesamento da habitação e a opção de muitos portugueses imigrantes pelo não regresso definitivo a Portugal. Eles adaptam o sonho ao país que habitam realmente e transportam para ali fragmentos de imagens da “portugalidade” de um país que deu o salto para o progresso, mas que entrou em “saldos”. Recorrem à sua nacionalidade como estratégia de poder, que manifestam através das suas casas, usando-as para projetarem discursos de vitória, de sucesso e imagens de poder perante os naturais do país de residência. Refazem ali as suas vidas, reproduzem novos locais, reconstroem as suas histórias e reconfiguram os seus projetos étnicos (Appadurai 2004 [1996]: 67, 71). Alteram as estratégias identitárias que antes adotavam nos países de origem e de acolhimento. Na relação com a aldeia natal, adotam atitudes de (re)integração; na relação com França, tentam reagir a condutas de invisibilidade que alimentaram durante décadas perante os naturais.



Figura 8 Casa de português imigrante em França - Vale de Marne, França (2011)



Figura 9 Trabalhadores Portugueses na construção civil- Vale de Marne, França (2011)

Conclusão

A apropriação simultânea de elementos nacionais e transfronteiriços forma os imigrantes portugueses como cidadãos multiculturais. E a reciprocidade entre dois espaços com fronteiras localizadas – Ourém e Vale do Marne – permite-lhes uma posição mais afirmativa, porque promove um maior equilíbrio nas formas como se movimentam e relacionam em ambos os territórios. A utilização de tendências estéticas associadas a Portugal em França corporiza o transnacionalismo entre os dois países numa espécie de continuidade do mercado local, ajustado a uma escala global, e de desterritorialização e reterritorialização da casa “reaportuguesada”. Os luso-franceses incentivam os pais a aderirem à era digital e a adotarem condutas de autovalorização pela conciliação de referências dos países onde se movimentam, com repercussões positivas na permuta de influências.

As aldeias ourensenses, que há meio século viviam praticamente fechadas sobre si e hoje são locais transnacionais que interagem com espaços urbanos transnacionais. São espaços sociais fluídos, constantemente trabalhados pelos emigrantes que se deslocam de um lado para outro. São também espaços trabalhados pelos residentes que filtram e adaptam influências de vários territórios, continuamente absorvidas num processo identitário em permanente construção e reconfiguração. Do outro lado, os bairros franceses povoados por portugueses desde a construção do bidonville de Champigny

têm-se desenvolvido à imagem de uma “portugalidade” que lhes atribui uma identidade própria. As casas deslocalizadas de Portugal são partes visíveis dessa construção identitária, em cujo processo não ocorre uma transposição de cópias fiéis, mas adaptadas aos locais de chegada.

Estamos perante um fenómeno de construção identitária com contornos de transculturação (Ortiz 1983), com conexões complexas entre diferentes realidades locais e um ritmo marcado por processos globais. Dois fenómenos recentes impulsionam a produção de formas híbridas que se refletem nas que são objeto desta análise: a desburocratização na passagem de fronteiras entre dois países da Zona Euro, facilitadora do trânsito de trabalhadores, mercadorias, conhecimento e influências; e o recurso tecnológico da comunicação virtual, promotor de negociações e trocas entre arquitetos em Portugal e clientes emigrantes em França e veículo para o transporte de tendências arquitetónicas dominantes. Em suma, os vários aspetos das identidades de e/imigrantes contemporâneos são negociados dentro dos mundos sociais em que se movem, bem mais extensos e flexíveis que no passado, e a vida multilocal apresenta uma amplitude complexa de condições que afetam a construção, a negociação e a reprodução de identidades sociais (Vertovec 2001: 573, 578).

Bibliografia

- AAP [ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES], 2004 [1961], *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.
- ALMEIDA, Aníbal, 2008, *Os Portugueses em França na Hora da Reforma*. Paris, Editions Lusophone.
- APPADURAI, Arjun, 2004 [1996], *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*. Lisboa, Teorema.
- APPADURAI, Arjun, 2008 [1986], *A Vida Social das Coisas: As Mercadorias sob Uma Perspectiva Cultural*. Niterói, Eduff (Editora da Universidade Fulminense).
- AUGÉ, Marc, 2005 [1992], *Não Lugares: Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, 90 Graus.
- BAGANHA, José, 2006, *Casas com Tradição*. Lisboa, Editora Caleidoscópio.

- BARROS, Henrique, *et al.*, 1947, *Inquérito à Habitação Rural, II Vol. A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BASCH, Linda, Nina Glick SCHILLER, Cristina Szanton BLANC, 1994 [1993], *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*. Amsterdam, Gordon & Breach.
- BAUDRILLARD, Jean, 1995, *A Sociedade de Consumo*. Lisboa, Edições 70.
- CALDAS, João Vieira, 1999, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto, FAUP Publicações.
- CALDAS, João Vieira (org.), 2000, *Arquitetura Popular nos Açores*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- CALDAS, João Rosa Vieira, 2007, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico (tese de doutoramento).
- CANCLINI, Néstor García, 1995, *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CANCLINI, Néstor García, 1998 [1989], *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp.
- CARDOSO, Isabel L., 2008, *Imaginário e História das Casas dos “Portugueses de França”*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- CASELLA, Gabriella, 2003, *Gramáticas de Pedra: Levantamento de Tipologias de Construção Muraria*. Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- CASTRO, Alexandra, 1998, *O Gosto na Arquitectura Popular: As Casas dos Emigrantes de Dupla Residência França-Portugal*. Lisboa, ISCTE (tese de mestrado).
- CÉSAR, Ana Cristina Borges Pereira, 1996, *A Casa do Emigrante Português: Caracterização Arquitectónica e Sua Contextualização*. Porto, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (tese de mestrado).
- DIAS, Manuel Graça, 2008, “Formas arquitectónicas populares e urbanas (vernáculos?) em Portugal”, em Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos (org.), *Portugal, Percursos de Interculturalidades, Raízes e Estruturas*, vol. I. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 314-352.
- DOMINGUES, Álvaro, 2009, *A Rua da Estrada*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitectura.
- DOMINGUES, Álvaro, 2011, *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitectura.
- DUARTE, Alice, 2010, “A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades”, *Etnográfica*, 14 (2): 363-393.
- European Credit Research Institute (ECRI), 2010, *Lending to Households in Europe (1995-2009): ECRI statistical Package*.

- Eurostat, 2011, EU Statistics in Income and living conditions (EU-SILC). Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Living_conditions_statistics, consultado em 10/08/2011.
- FERNANDES, João Luís, 2013, “Paisagem cultural: de um espaço de reterritorialização a um recurso turístico”, *The Overarching Issues of European Space*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 269-285.
- FERRÃO, João, 2013, “Território”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 244-257.
- FRIEDMAN, J., 1990, “Being in the world: globalization and localization”, em M. Fearthstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres, Sage Publications: 322-328.
- GODINHO, Paula, 2007, “Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo”, *Arquivos da Memória*, 2: 66-83.
- HANNERZ, Ulf, 1997, “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”, *Mana*, 3 (1): 7-39.
- LAINS, Pedro, 2013, “Zona euro”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 319-327.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEAL, João, 2007, “Usos da ruralidade: apresentação”, *Etnográfica*, 11 (1): 57-62.
- LEAL, João, 2009a, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto, Fundação Marques da Silva.
- LEAL, João, 2009b, “Associativismo e transnacionalismo: organizações açoriano-americanas na Nova Inglaterra”, em Daniel Melo e Eduardo Caetano da Silva (orgs.), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 71-96.
- LEAL, João, 2011a, “Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquerito à Arquitectura Popular em Portugal”, em Paulo Providência, Luís Quintais e Sandra Xavier (orgs.), “Intersecções: Antropologia e Arquitectura”, *Joelho: Revista do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra*, 2: 68-83.
- LEAL, João, 2011b “The past is a foreign country? Acculturation theory and the anthropology of globalisation”, *Etnográfica*, 15 (2): 313-336.
- LEEDS, Anthony, 1983, “Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal”, *Análise Social*, XIX (77-79): 1023-1043.
- LEITE, Carolina, 1998, *Eva, depois do Paraíso: Modos de Habitar e Identidade no Percorso Migratório*. Braga, Universidade do Minho (tese de doutoramento).
- LEITE, Carolina, 2006, “Quem tem medo dos emigrantes? Produção, percepção e utilização do espaço doméstico: as lógicas inconciliáveis dos actores”, *Noites de Sociologia do Porto – VI*, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>.

- LEVITT, Peggy, 2001a, *The Transnational Villagers*. Berkeley, University of California Press.
- LEVITT, Peggy, 2001b, “Transnational migration: taking stock and future directions”, *Global Networks*, 1 (3): 195-216.
- LEVITT Peggy, Nina Glick SCHILLER, 2004, “Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society”, *International Migration Review*, 38 (145): 595-629.
- LOPES, Flávio, Miguel Brito CORREIA, 2004, *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa, Livros Horizonte.
- MARTINS, Fernando Ribeiro, 2003, *Pinhal Interior Sul e o Regresso de Emigrantes (1975-2001)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- MASCARENHAS, Jorge, 2015, *Sistemas de Construção, vol. XV: Arquitetura Popular Portuguesa. Descrição Ilustrada e Detalhada de Processos Construtivos Utilizados Correntemente em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, col. Técnicas de Construção.
- MESTRE, Victor, 2002, *Arquitetura Popular da Madeira*. Lisboa, Argumentum.
- MILLER, Daniel, 1987, *Material Culture and Mass Consumption*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MILLER, Daniel, 1998a, “Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad”, *Material Cultures: Why Some Things Matter*. Londres, The University of Chicago Press: 167-187.
- MILLER, Daniel, 1998b, *A Theory of Shopping*. Nova Iorque, Cornell University Press.
- MOUTINHO Mário, 1989, “A arquitectura das casas dos emigrantes na área de influência do Museu Etnológico de Monte Redondo de Leiria. Informação preliminar”, *Sociedade e Território*, 8: 79.
- MOUTINHO, Mário, 1995, *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa, Estampa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO, 1994, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. Portugal de Perto, 3.^a ed.
- ORTIZ, Fernando, 1983, *El Contrapunto del Azúcar y del Tabaco: De Fenómeno de la “Transculturación” y de su Importância en Cuba*. Cuba, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- PORTES, Alejandro, 2004, “Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69: 63-93.
- PRISTA, Marta, 2011, *Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- PRISTA, Marta, 2013, “Entendimentos e usos de lugar na produção social e na construção social das Pousadas de Portugal”, *Sociedade e Cultura*, 16 (1):47-58.
- PRISTA, Pedro, 2014, *Terra, Palha, Cal*. Lisboa, Argumentum.

- QUINTINO, Guilherme, 2002, *Vernacular Architecture in South-Western Portugal: A Contribution towards Sustainable Architecture and Conservation*, Londres, Architectural Association (tese de doutoramento).
- RODRIGUES, Carlos Farinha, 2013, “Pobreza”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 191-213.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2012, *Portugal, Ensaio contra a Autoflagelação*. Coimbra, Almedina.
- SANTOS, Irène dos, 2012, “Avoir deux maisons et se sentir de ‘nulle part’: appropriation du ‘chez-soi’ et appartenance sociale en contexte migratoire”, em Annabelle Morel-Brochet e Nathalie Ortar (orgs.), *La Fabrique des Modes d’Habiter: Homme, Mieux et Milieux de Vie*. Paris, L’Harmattan, col. Habitat et société: 251-265.
- SEGALEN, Martine, Béatrix LE WITA, 1993, *Chez soi. Objets et décors: Des créations familiales?.* Paris, Autrement.
- SILVA, Luís, 2006, *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de doutoramento).
- SILVA, Luís, 2007, “A procura do turismo em espaço rural”, *Etnográfica*, 11 (1): 141-163.
- SILVA, Luís, 2009, *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, col. Breve.
- SILVANO, Filomena, 1990, “L’émigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l’habitat”, *Sociedade e Território*, número especial “Enjeux sociaux et transformations du territoire: 53-56.
- SILVANO, Filomena, Tereza COELHO, 1993, “Sobre a construção de uma casa”, *Antropologia Portuguesa*, 11: 59-66.
- SLATER, Don, 1997, *Consumer Culture & Modernity*. Cambridge, Polity Press.
- SOBRAL, José Manuel, 1999, “Da casa à nação”, *Etnográfica*, III (1): 71-86.
- TAVARES, Domingos, 2008, *Francisco Farinhas: Realismo Moderno*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitectura.
- TSING, Anna L, 2005, *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, Princeton University Press.
- VENTURI, Robert, Denise Scott BROWN, Steven IZENOUR, 1972, *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*. Londres e Cambridge, MA, The MIT Press.
- VERTOVEC, Steven, 2001, “Transnationalism and identity”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (4): 573-582.
- VIEIRA, Clara, Raul VERÍSSIMO, 1989, “Formalismo e valores simbólicos nas casas dos emigrantes da região da Ria de Aveiro”, *Sociedade e Território*, 8: 48-54.
- VILLANOVA, Roselyne, Carolina LEITE, Isabel RAPOSO, 1995, *Casas de Sonhos: Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra.

VILLANOVA, Roselyne, 2006, "Double residence: a space for intergenerational relations. Portuguese immigrants in France in the twentieth and twenty-first centuries", *Portuguese Studies Review*, 14 (2): 241-261.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine, 1995, *Portugais à Champigny: Le temps des baraques*. Paris, Autrement, col. Monde/Français d'ailleurs, Peuple d'ici, n.º 86.